

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.594 - AC (2019/0303765-8)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ACRE
ADVOGADOS : DION NÓBREGA LEAL - AC000681
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ACRE
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
PACIENTE : CRISTIANE RODRIGUES SANTIAGO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CRISTIANE RODRIGUES SANTIAGO contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE - Agravo de Execução Penal n. 0007538-64.2019.8.01.0001.

Sustenta o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal, porquanto entende ser devida a fração de 1/8 da pena para fins de progressão de regime, consoante disposto no art. 112, § 3º, III, da Lei de Execução Penal, introduzido pela Lei n. 13.769/2018, tendo o Ministério Público Estadual manifestado-se favoravelmente ao pleito.

Aduz que a Lei não exige a ausência de faltas disciplinares como requisito para o deferimento do benefício, sendo necessário apenas o bom comportamento carcerário, comprovado pelo Diretor do estabelecimento prisional, ao contrário do decidido.

Requer a concessão sumária e definitiva da ordem constitucional para que as ilegalidades apontadas sejam sanadas.

É o relatório.

Em consulta ao sistema processual deste Sodalício, verifica-se que, perante esta Corte, foi impetrado em favor da paciente o HC 537.479/AC, impugnando o mesmo acórdão aqui combatido e sob os mesmos argumentos ora levantados.

Assim, observa-se que neste *mandamus* tem-se a simples reiteração de pedido, não tendo a defesa trazido qualquer fato capaz de dar ensejo à nova análise por este Tribunal do pleito deduzido no mencionado reclamo, verificando-se, portanto, a inadmissibilidade do remédio constitucional em apreço.

Nesse vértice:

AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO HABEAS CORPUS. INDEFERIMENTO LIMINAR. REITERAÇÃO DE PEDIDOS. MUDANÇA DE ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL A FAVOR DO PACIENTE. NECESSIDADE DE NOVA ANÁLISE PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. NOVO ATO COATOR EM PERSPECTIVA. DECISÃO FUNDAMENTADA E MANTIDA. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Está obstaculizado o conhecimento deste mandamus por reiteração de pedidos, pois a presente impetração traz requerimento idêntico ao formulado nos autos do HC n. 416.553/DF, já com trânsito em julgado certificado naqueles autos, e em ambos se ataca acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito

Superior Tribunal de Justiça

Federal e Territórios no Agravo em Execução n. 0012842-50.2017.8.07.0000.

2. A virada de jurisprudência a favor do paciente deve ser levada à nova apreciação do Tribunal de origem para que se possa entender nesta Corte pela existência de novo ato coator.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg nos EDcl no HC 456.149/DF, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 20/09/2018, DJe 02/10/2018, grifou-se)

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. MERA REITERAÇÃO DO QUE JÁ DECIDIDO EM RECURSO ORDINÁRIO. INDEFERIMENTO LIMINAR DA INICIAL. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1 - Versando o habeas corpus mera reiteração do que já devidamente decidido em recurso ordinário interposto pelo ora paciente, na mesma causa, é de rigor o indeferimento liminar da inicial do writ.

2 - Agravo regimental não provido.

(AgRg no HC 414.705/RS, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 21/09/2017, DJe 04/10/2017)

Ante o exposto, com fundamento no artigo 210 do RISTJ, **indefere-se liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 09 de outubro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI
Relator